

PISO NÃO É TETO! PREPARAR A CAMPANHA SALARIAL/EDUCACIONAL 2023

O VALOR INTEGRAL DO PISO (R\$ 4.420,55) DEVE SER PAGO NO PRIMEIRO NÍVEL DA CARREIRA DA CATEGORIA!

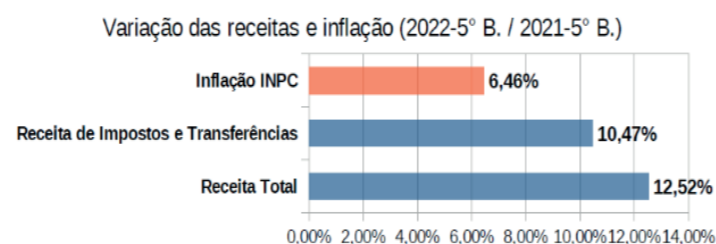
Prefeitura de Belo Horizonte tem dinheiro para garantir o pagamento, o que não existe é vontade política!

Para dar a largada à Campanha Salarial de 2023, os representantes das escolas, reunidos em plenária realizada no dia 09/02 na sede do Sind-REDE/BH, votaram as pautas de reivindicações de 2023. Todos os pontos serão avaliados pela categoria na próxima assembleia que será realizada no dia 08 de março.

Política do governo Fuad é investir cada vez menos na educação!

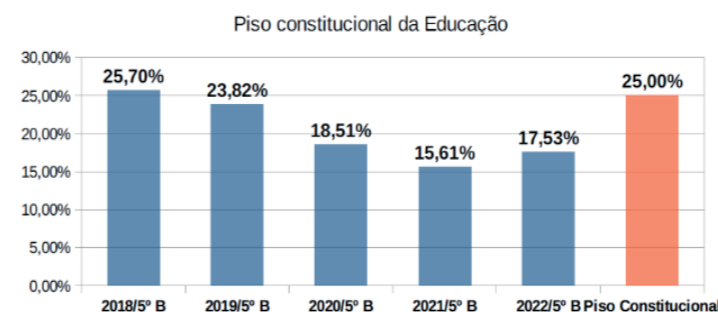
Os trabalhadores em educação de Belo Horizonte enfrentam um cenário de total precarização: perdas acumuladas para a inflação que devem chegar a 38,5%, brechas e interpretações legais que fazem com que o salários sejam pagos abaixo do piso, para jornadas inferiores a 40h; manobras que achatam a carreira da educação e não incluem os aposentados nos reajustes; e o aumento da terceirização.

Belo Horizonte é uma cidade rica e tem fechado os anos com superávits cada vez maiores. Só em 2021 fechou as contas com superávit de R\$ 560 milhões. Estudos realizados pelo Ilaese, a pedido do Sind-REDE/BH, apontam crescimento da receita da Prefeitura, enquanto os investimentos na educação (e principalmente no trabalhador em educação) têm sido diminuídos ano após ano.



Legenda: Gráfico compara as receitas da prefeitura até o quinto bimestre de 2022. É possível observar que houve um grande Superávit Orçamentário em relação à inflação

Outro dado preocupante apontado pelo estudo é a clara tendência de queda dos investimentos em educação em relação ao piso constitucional que apresentava risco de não cumprimento até o quinto bimestre. Com o pagamento do abono, no fim de 2022, o piso foi cumprido, o que só prova que havia espaço para o aumento dos salários.



Na Rede estadual, Zema aciona a Justiça para não pagar o piso

O Governo de Minas Gerais entrou com uma ação na Justiça pedindo a suspensão dos artigos 2º e 3º da Lei nº 21.710/15 (e da Lei nº 22.062/2016, por arrastamento) e da Emenda Constitucional nº 97/2018, que acrescentou o art. 201-A à Constituição do Estado de Minas Gerais. Essas leis garantiriam o pagamento do Piso Constitucional em seu valor integral aos trabalhadores no primeiro nível da carreira, independente de sua carga horária.

O argumento do governo é que o pagamento do piso deve ser feito de forma proporcional à jornada de 24,4 horas, e que os artigos que garantem o pagamento do piso cheio seria inconstitucional. O TJMG julgaria esse pedido no dia 08/02/2023, entretanto, a ação foi suspensa após mobilização da categoria e um requerimento da bancada de oposição ao governo.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

VITÓRIA DA CATEGORIA! TRAMITAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É SUSPensa POR ATÉ SEIS MESES

Após a luta dos servidores municipais, o projeto da reforma da previdência municipal foi suspenso por até seis meses. De acordo com o prefeito Fuad Noman (PSD), esse é o prazo máximo imposto pela Lei Federal. A decisão foi anunciada em uma reunião realizada entre o prefeito e as Entidades Sindicais que representam os servidores públicos da cidade, na tarde do dia 06 de fevereiro.

A suspensão temporária é uma grande vitória da categoria que mobilizada mostrou aos políticos e para toda a cidade sua indignação com a proposta de mudanças na regra da aposentadoria.

Segundo estudos do Ilaese, baseado em dados do portal da transparência, o município gasta menos de 43% da arrecadação de sua receita com a Previdência, incluindo ativos e inativos, mantendo-se sempre dentro dos limites que impõe a absurda Lei de Responsabilidade Fiscal. Não existe sequer justificativa econômica que legitime esse ataque.

Unir a luta contra a reforma da previdência municipal pela revogação da reforma nacional

Os quatro anos de governo Bolsonaro (PL) representaram uma verdadeira destruição do estado brasileiro, com retrocessos que vão da

política de destruição ambiental, redução de recursos para cultura, educação e saúde, o entreguismo do patrimônio público com as privatizações e o enfraquecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Lula, que em sua campanha se posicionou a favor de revogar essas reformas, pressionado pelos grandes empresários, já tem apresentado vacilações e recuos sobre estes pontos. O vice-presidente Alckmin chegou até a afirmar que o governo não revogará nenhuma das mudanças da reforma da previdência.

Como primeiro passo da luta, é preciso pressionar o Governo Federal para que cumpra a sua promessa e envie ao Congresso Projetos que anulem os retrocessos da reforma de Bolsonaro. Mas também serão necessárias muitas lutas para que essas propostas avancem no Congresso. Só com a revogação da Reforma da Previdência nacional será possível enterrar de vez a proposta de Reforma Municipal.

Inspirar nos trabalhadores franceses

Na França, as mobilizações contra a Reforma da Previdência de Macron vão entrar em seu quarto dia de Greve Geral. As mobilizações realizadas nos dias 18 e 31 de janeiro, 7 e 11 de fevereiro moveram milhões de pessoas contra a reforma que, assim como a de Bolsonaro, prejudica principalmente as mulheres e os trabalhadores que recebem salários mais baixos.

SERVIÇO PÚBLICO

É HORA DE DESARMAR A GRANADA DE PAULO GUEDES

Pelo descongelamento da contagem de tempo para reconhecimento de todos os direitos dos servidores públicos

O governo Bolsonaro impôs duras restrições ao servidor público na pandemia, quando através da Lei Complementar nº 173/2020 orientou estados e municípios a congelarem a contagem do tempo para fins de aquisição de quinquênios e férias-prêmio em troca de um aporte financeiro para combate à Covid-19. O prefeito de Belo Horizonte na época, Alexandre Kalil, rapidamente aderiu a proposição impondo aos trabalhadores todo o peso desse ajuste fiscal.

Porém, após o julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG) sobre os efeitos da LC 173/20 no município de Poço Fundo reconhecendo o descongelamento da contagem de tempo, um precedente foi aberto.

Após a decisão, o Sind-REDE/BH, junto aos outros sindicatos que representam os trabalhadores concursados de Belo Horizonte, enviaram ofício à Prefeitura reivindicando o descongelamento. O ofício ainda não foi respondido.

EDUCAÇÃO INFANTIL

DESMONTE E PRECARIZAÇÃO NO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS

Prefeitura de Belo Horizonte descumpra resolução CME/BH 001/2015 que dispõe sobre o funcionamento da Escola Integral na Educação Infantil

A Prefeitura de Belo Horizonte, desde do governo Kalil, e se intensificando no governo Fuad, tem desmontado o atendimento integral na educação infantil com a contratação de trabalhadores para exercer a função docente.

Auxiliares de Apoio ao Educando não podem assumir turmas!

Desde o retorno presencial das aulas a prefeitura passou a atribuir aos Auxiliares de Apoios ao Educando, que atuam na Educação Infantil, funções exclusivas de professores, como a responsabilização por turmas de alunos de forma integral durante os intervalos entre turnos e intervalos de 20 minutos dos professores da Educação Infantil. O Sind-REDE/BH acionou a Justiça que, em dezembro do ano passado, sentenciou a proibição de que os apoios assumam funções específicas de regência, sendo respeitada sua atribuição contratual,

que é o de assistir e cuidar das crianças com deficiência, que necessitam de cuidados especiais, mas sempre sob a supervisão do professor responsável pela turma de alunos.

Em mais uma tentativa de economizar, precarizar e sucatear a Educação Infantil, o prefeito Fuad está implementando uma nova organização do atendimento integral dos estudantes substituindo docentes por monitores e estagiários.

Monitores da Escola Integrada e estagiários estão substituindo professores no contra-turno da educação infantil nas escolas de ensino fundamental que possuem turmas da educação infantil

Tal política desmonta a concepção de educação infantil construída de forma coletiva e que era exemplo para o país pois desconstrói a própria ideia de desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, emocional, cognitivo e social que deve ser garantido por um profissional qualificado.

Estagiários atuam sem qualquer supervisão. Monitores realizam oficinas sem qualquer integração com a proposta pedagógica das professoras e professores e até mesmo da escola, pois são, na maioria das vezes, prestadores de serviço contratados via OSCs.

É um absurdo esse desmonte, essa política autoritária do prefeito e da secretaria de educação! Precisamos garantir o atendimento integral das crianças e a qualidade do atendimento que só será assegurada com a garantia dos profissionais qualificados para a função. E, a volta do turno intermediário nas turmas integrais.

APOSENTADOS

DA LUTA NINGUÉM SE APOSENTA! Um chamado a construção do coletivo de aposentados do Sind-REDE/BH

Os trabalhadores aposentados da Rede Municipal de Educação têm sido alvo de uma série de ataques do poder público, como a exclusão de boa parte dos ganhos da campanha salarial de 2022, que concedeu parte do reajuste por progressão aos trabalhadores ativos, e a exclusão do rateio do abono do Fundeb.

Por isso, a organização deste segmento se faz ainda mais necessária. No dia dos aposentados, o Coletivo das Professoras e Professores Aposentados da Rede realizou um ato na Praça 7, junto a outras entidades representativas do setor e para dar continuidade à luta, será realizada a primeira Plenária do Coletivo, no dia 23/02, às 14h na sede do Sind-REDE/BH.



8 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL DE LUTA
DAS MULHERES TRABALHADORAS

Historicamente, o dia 8 de março é o momento do ano em que se inicia o movimento de lutas no país. Este ano teremos importantes pautas de reivindicações: as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio. É importante que nós, da classe trabalhadora, estejamos organizados para avançar nas lutas e assim garantir uma vida digna.